



ACÓRDÃO Nº 525/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10449/2015.

Apenso: Processo nº 10606/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Raimundo Lopes de Souza – Ordenador de Despesa.

6- Advogado: Não Possui.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICREA.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 72/2017-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fl.376).

9- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira. Exercício de 2014.

Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar Irregular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, relativa ao Exercício de 2014, de responsabilidade do **Sr. Raimundo Lopes de Souza**, nos termos do art. 18 da LC nº 06/91, c/c o art. 22, inciso III, alíneas “b”, “c” e “d”, c/c o art. 25, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE);
- 10.2. Considerar em Alcance** o **Sr. Raimundo Lopes de Souza**, no montante de R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para a Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, em função das glosas especificadas no Relatório/Voto, em seus itens 04 e 06. Esse recolhimento deverá ser feito no prazo de 30 dias;
- 10.3. Considerar em Alcance** o **Sr. Raimundo Lopes de Souza**, no montante de R\$ 13.641,02 (treze mil, seiscentos e quarenta e um reais e dois centavos), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para a Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, devido às restrições não sanadas apontadas pela DICREA em Relatório Conclusivo nº



ACÓRDÃO Nº 525/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

18/2015, referentes aos montantes pertinentes a multas e juros pelo atraso de recolhimentos previdenciários (R\$ 6.301,50) e pela divergência de R\$ 7.339,52, encontrada no anexo 11 das contas em relação aos valores calculados ante as notas de empenho e liquidação fornecidas *in loco*. Esse recolhimento deverá ser feito no prazo de 30 dias;

10.4. Aplicar Multa ao **Sr. Raimundo Lopes de Souza**, no montante de R\$ 4.384,12 (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), que deve ser recolhida na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, com base no art. 54, II, IV e VI, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 308, I, “a” e “b”, da Resolução TCE/AM nº 04/02, por não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, à diligência ou Decisão do Tribunal, além da sonegação de processo ou documento, em inspeções ou auditorias realizadas pelo Tribunal. Esse recolhimento deverá ser feito no prazo de 30 dias;

10.4.1. Expirado o prazo, autorize desde já a instauração de cobrança executiva, no caso de não-recolhimento do valor da condenação, nos moldes do art. 173 da Resolução n. 04/02-TCE;

10.5. Determinar ao atual gestor da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira que:

10.5.1. Envide esforços de encaminhar os dados referentes ao Relatório de Gestão Fiscal nos prazos determinados pelas Res. TCE n.º 15/2013 e 24/2013 a fim de colaborar com a fiscalização efetuada pelo Tribunal de Contas do Estado/AM no âmbito da gestão fiscal;

10.5.2. Elabore e publique o Relatório de Gestão Fiscal de forma esmerada, ou seja, com todas as informações exigidas pela LRF;

10.5.3. Observe com rigor a Resolução CFC nº 1.132/2008 que aprovou a NBC T 16.5 – Registro Contábil, de modo que os dados inseridos no Sistema GEFIS sejam compatíveis com os declarados na Prestação de Contas Anuais;

10.5.4. Observe as normas da Resolução CFC nº 1.132/2008, que aprovou a NBC T 16.5 – Registro Contábil, no sentido manter uma escrituração contábil esmerada;



ACÓRDÃO Nº 525/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.5.5. Divulgue tempestivamente o Relatório de Gestão Fiscal com todos os anexos pertinentes;

10.5.6. Observe o prazo de publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal, nos termos dos arts. 54 e 63 da LC nº 101/00;

10.6. Determinar à Sepleno – Secretaria do Tribunal Pleno para que encaminhe à atual Administração da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira as cópias autênticas das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades.

11- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Maio de 2017.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em substituição

JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral